

ACESSIBILIDADE A AMBIENTES NATURAIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

David Neves de Oliveira (*), Janaína Nascimento Simões de Souza, Erika Cortines, Bárbara Dias Miranda e Olga V. de Oliveira Gomes.

* Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Três Rios. davidnevesoliveira@hotmail.com

RESUMO

Diante da intensa degradação ambiental causada pelo uso abusivo e descontrolado dos recursos naturais, a preservação do meio ambiente tornou-se necessária para garantia da sobrevivência da espécie humana no planeta. Não se pode negar a importância que a natureza exerce sobre o ser humano, em especial para um grupo específico da sociedade como as pessoas com deficiências, as quais buscam nesse ambiente um novo hábito de vida e uma forma de inserção social. Este artigo apresenta locais pesquisados ao longo do Brasil que oferecem oportunidade para interação de pessoas com deficiência com a natureza. A inclusão desse grupo em áreas naturais como as expostas neste artigo, permite que eles reflitam sobre o meio que estão inseridos e se sociabilizem, desenvolvendo valores, hábitos e atitudes com vista à conservação dos recursos naturais e uma nova forma de integração a sociedade. Contudo, a disponibilidade de ambientes naturais para visitação e interação dessas pessoas ainda é uma atividade pouco divulgada e principalmente pouco realizada no Brasil. Por esse motivo e levando em consideração que a taxa da população de pessoas com deficiência é de 24% da população brasileira, áreas naturais acessíveis a este público merecem cada vez mais atenção.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade, meio ambiente, inclusão social, educação ambiental.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a questão ambiental se tornou um dos temas considerados estratégicos nos compromissos e tratados internacionais em consequência ao modelo de desenvolvimento adotado a partir da Revolução Industrial que gerou um aumento qualitativo e quantitativo no processo de destruição da natureza por conta da produção em massa (MACIEL et. al. 2010). Por muitos anos o meio ambiente foi visto apenas como objeto de uso, no qual o homem detentor do conhecimento achava que a natureza estava para lhe servir conforme seus desejos e suas necessidades. Não respeitava a capacidade de suporte dos recursos naturais, por julgarem que os mesmos seriam infinitos, até perceberem sua ignorância diante de um sistema tão complexo e terem comprovado o fato de que os insumos ambientais são limitados. Devido à exploração excessiva, a degradação dos recursos naturais começou a ser percebida em níveis e proporções inimagináveis, modificando e alterando toda a dinâmica ambiental. Surgiu então a preocupação e a necessidade de se preservar o meio ambiente já que ele poderia colocar em risco a sobrevivência da espécie humana no planeta. Entretanto, a sua preservação começou a ser vista como entrave para o crescimento econômico, pois além de dificultar a realização de obras e construções com relevantes impactos ambientais, restringem a utilização dos recursos naturais, gerando desse modo, conflitos entre as esferas econômica e ambiental. Também à que se enfatizar a importância que a natureza exerce sobre o ser humano, em especial para um grupo específico da sociedade como o grupo constituído por pessoas com deficiências, as quais buscam na natureza um novo hábito de vida, um caminho de esperança e uma forma de inserção social. A deficiência é um tema discutido e abordado em direitos humanos e como tal obedece ao princípio de que todo ser humano tem o direito de desfrutar de todas as condições necessárias para o desenvolvimento de seus talentos e aspirações, sem ser submetido a qualquer tipo de discriminação (OLIVEIRA, 2012). Contudo, apesar do tema não ser um tema novo, sua preocupação e interesse para a sociedade tem origem recente. No mundo, “o divisor de águas para o estudo da proteção das pessoas com deficiências foi a ocorrência das duas guerras mundiais, o que fez aumentar consideravelmente o número de pessoas com deficiência de locomoção, de audição e de visão. Esse agravamento fez com que o drama ficasse exposto de forma mais incisiva, exigindo do Estado uma posição de agente protetor” (ARAUJO, 2011). Enquanto no Brasil, a conscientização do problema teve origem nos altos índices de pessoas com deficiências provenientes de acidentes de trânsito, da carência alimentar e da falta de condições de higiene (ARAUJO, 2011)

“Os direitos das pessoas com deficiências podem ser acionados tanto com base no direito fundamental do ser humano como com base nas características próprias desse segmento populacional. Na prática, a realização desses direitos exige ações em ambas as frentes, a do direito universal e a do direito de grupos específicos, tendo sempre como objetivo principal minimizar ou eliminar a lacuna existente entre as condições das pessoas com deficiência e as das pessoas sem deficiência” (OLIVEIRA, 2012). Uma forma de amenizar essa lacuna é a inclusão dessas pessoas em ambientes naturais, possibilitando dessa maneira o desenvolvimento de novas experiências que contribuam para a melhoria da qualidade de vida, uma melhor socialização. Entretanto, poucas são as áreas naturais adaptadas e conhecidas para atender a esse público, sendo necessária uma maior divulgação e conscientização por todos os integrantes e autores da sociedade moderna.

OBJETIVO DO TRABALHO

Neste contexto, objetivou-se compreender como se dá a relação das pessoas com deficiência em áreas de ambientes naturais ao longo do território brasileiro e buscou-se divulgar e incentivar práticas e atividades de inclusão nesses locais.

METODOLOGIA UTILIZADA

Para isso, o desenvolvimento do trabalho pautou-se numa pesquisa de caráter qualitativa, tendo como base referências bibliográficas (periódicos, matérias publicadas na imprensa, artigos, etc.) para levantamentos de áreas de preservação que desenvolvem atividades inclusivas para pessoas com deficiência, além de visita técnica que objetivou conhecer e entender com mais profundidade um ambiente apropriado para esse público.

RESULTADOS OBTIDOS

Segundo dados do IBGE, no ano de 2000, 14,5% da população nacional possuía algum tipo de deficiência, seja ela física, mental ou sensorial. Entretanto, no ano de 2010 essa porcentagem saltou para 23,9% da população brasileira, representando aproximadamente 45.606.048 milhões de pessoas. Na figura 1, é possível observar os tipos de deficiências e suas porcentagens em relação à percentagem total.

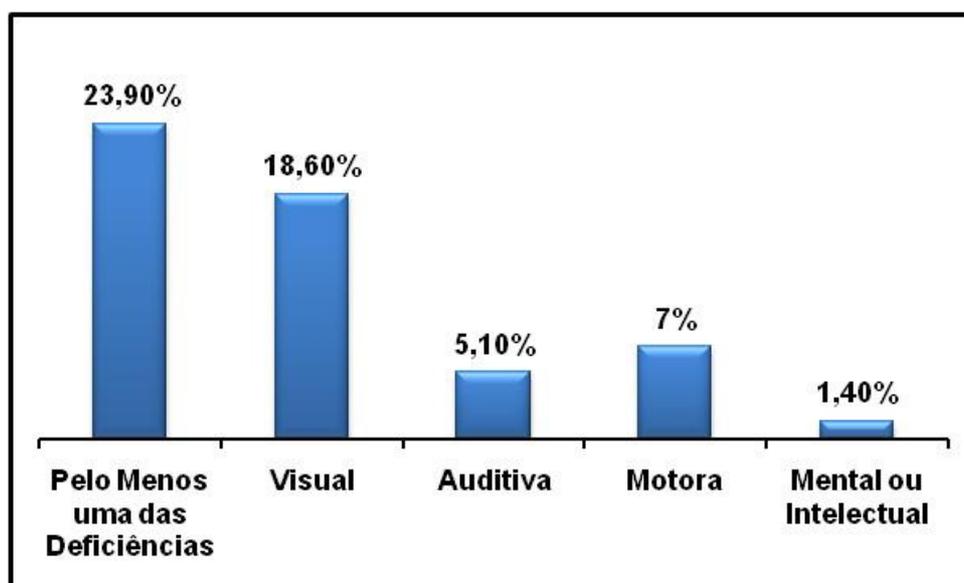


Figura 1: Tipos e distribuição de deficiências.

De acordo com dados expostos, verifica-se que a deficiência visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, ocorrendo em 7% da população seguidas da deficiência auditiva (5,10%) e da deficiência mental ou intelectual (1,40%). Em 2010, 8,3% da população brasileira apresentava pelo menos um tipo de deficiência severa, conforme exemplificado pela figura 2.

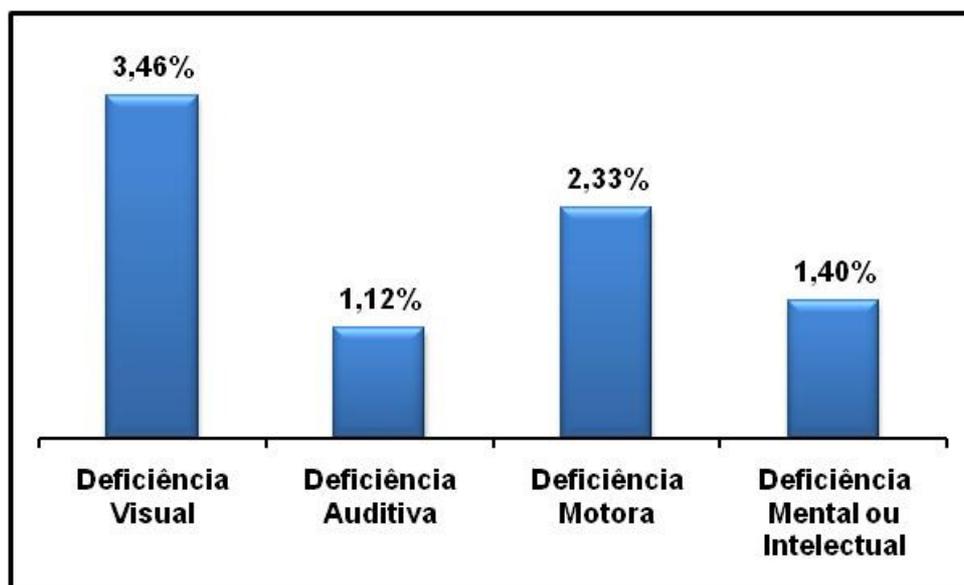


Figura 2. Relação de pessoas com algum tipo de deficiência severa

E por fim, são apresentados (Tabela 1) os tipos de deficiência e a sua variação em relação às idades das pessoas. Observa-se que as maiores ocorrências de todos os tipos de deficiência estão presentes na população de 65 ou mais anos, demonstrando a contribuição do processo de envelhecimento e a consequente perda de funcionalidades para a caracterização desse quadro. Por sua vez, o grupo de 0 a 14 anos apresentou frequências relativamente baixas de todos os tipos, sendo a maior frequência a da deficiência visual, com 5,3% (OLIVEIRA, 2012). De modo geral, a deficiência atinge as pessoas (homens e mulheres) em qualquer idade e em qualquer proporção, algumas pessoas nascem com ela, outras a adquirem ao longo da vida (OLIVEIRA, 2012).

Tabela 1. Distribuição das Pessoas com Deficiência tendo em vista as Faixas Etárias

Idade (Anos)	Pelo Menos uma Delas	Deficiência Visual	Deficiência Auditiva	Deficiência Motora	Deficiência Mental ou Intelectual
0 – 14		5,3%	1,3%	1,0%	0,9%
15 – 64		20,1%	4,2%	5,7%	1,4%
Acima de 65		49,8%	25,6%	38,3%	2,9%

Diante de todos os dados expostos anteriormente, nota-se, um crescimento significativo na taxa desse grupo e o reconhecimento de ambientes que ofereçam a oportunidade de pessoas com deficiência interagirem com a natureza merecem cada vez mais atenção. Atenção esta, que pode ser vislumbrada no Brasil a partir de alguns casos a seguir:

No Estado de Manaus, o fisioterapeuta Igor Andrade criou e desenvolveu a bototerapia, uma atividade que auxilia o tratamento de crianças com necessidades especiais na interação com botos-vermelhos (*Inia geoffrensis*). De acordo com alguns relatos percebe-se que tal prática aumenta o foco das crianças, minimizando dessa maneira, alguns dos efeitos causados pela deficiência. Contudo, a terapia também é utilizada como instrumento de Educação Ambiental que busca por meio dessa atividade conscientizar e, sobretudo, mostrar a importância da conservação dessa espécie de boto, já que durante algum tempo ela vem sendo ameaçada de extinção pela caça local para utilização de iscas na captura de peixes.

A preocupação e a necessidade em atender a demanda, fez com que algumas Unidades de Conservação (UCs) adequassem parte de suas estruturas para receber as pessoas com deficiência, como é o caso do Parque Estadual do Jaraguá, situado no município de São Paulo que contem uma trilha adaptada, chamada Trilha do Silêncio com um percurso de 400 metros para cadeirantes, deficientes visuais, pessoas com pouca mobilidade, etc. O caminho é constituído por placas em textos em braille com informações sobre as árvores e animais.

Outro exemplo de Unidade de Conservação é a Reserva Biológica União (Rebio) que está localizada no Estado do Rio de Janeiro, especificamente nos municípios de Rio das Ostras, Casimiro de Abreu e Macaé e que vem adaptando um percurso de 1000 dos 3300 metros da Trilha do Pilão (Figura 3) para receber pessoas com deficiência. Essa trilha que vem sendo adaptada (Figura 4) em sua parte é proveniente do projeto “Reserva Biológica União: uma área natural protegida da Mata Atlântica, acessível aos portadores de necessidades especiais” pela parceria do ICMBio, da Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro - SEA/RJ e do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio que assinaram um termo de reciprocidade para execução do projeto. Além da trilha interpretativa, a Rebio contará com outros espaços adaptados para atendimento a este público como o Centro de Vivências aonde serão trabalhados os

sentidos através de sons, odores e tato por meio dos próprios recursos da Reserva como frutas, semente, folhas e animais embalsamados vitimados por acidentes ao longo da rodovia BR 101, próximo a Rebio e o Auditório (Foto 5) (REBIO UNIÃO, 2012).



Figura 3. Trilha Interpretativa da Reserva Biológica União. Fonte: Autor do Trabalho

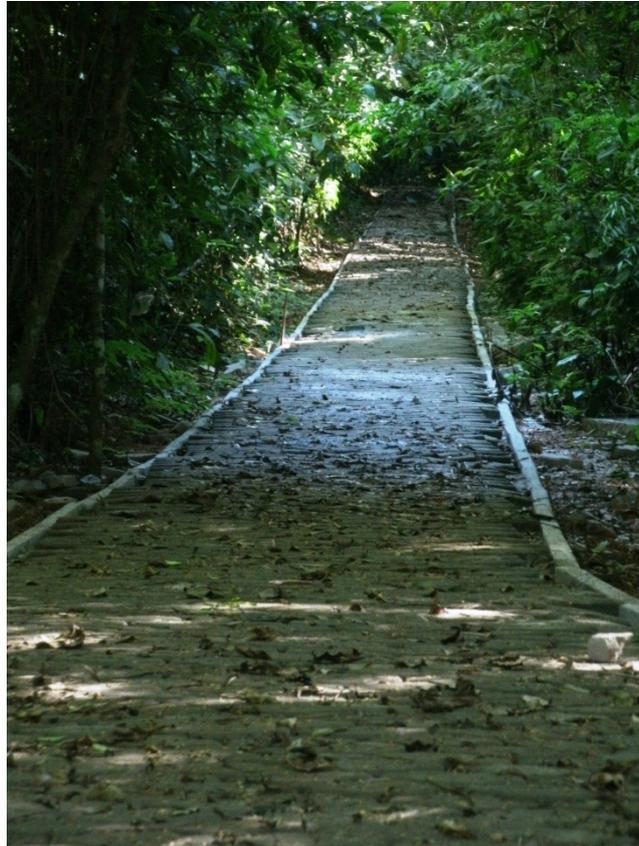


Foto 4. Trilha em Processo de Adaptação para Pessoas com Deficiência na Rebio União. Fonte: Whitson José



Foto 5: Auditório Adaptado da Reserva Biológica da União – Rebio. Fonte: Whitson José

Porém, mesmo com citações de alguns exemplos, observa-se que a necessidade de adaptação de lugares públicos ainda é pouco reconhecida, especialmente em Unidades de Conservação, onde pouca ou nenhuma estrutura é adequada para receber este público (MORIWAKI & NEIMAN, 2011). Vale-se lembrar que o direito à acessibilidade de pessoas com deficiência é um direito universal (WAGNER et. al. 2010), demandando dessa forma, construções e estruturas adequadas para o acesso inclusivo.

CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES

A inclusão de pessoas com deficiência em áreas naturais por meio de atividades físicas ou simplesmente pelo contato com a natureza, permite que elas reflitam sobre o meio que estão inseridas e se sociabilizem, desenvolvendo valores, hábitos e atitudes com vista à conservação da natureza e uma nova forma de integração a sociedade. Para isso é necessário que o Brasil estimule, incentive e faça divulgação sobre a prática desse tipo de atividade, visto que a demanda desse público vem aumentando consideravelmente nos últimos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARAUJO, L. A. D. **A Proteção Constitucional das Pessoas com Deficiência**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/a-protacao-constitucional-das-pessoas-com-deficiencia>> Acesso em: Setembro de 2013.
2. IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>> Acesso em: Abril de 2013.
3. IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/20122002censo.shtm>> Acesso em: Abril de 2013.
4. MACIEL, J. L.; WACHHOLZ, C. B.; ALMINHANA, C. O.; BITAR, P. G.; MUHLE, R. P. **Metodologias de uma Educação Ambiental Inclusiva**. Revista virtual EGP. Porto Alegre. v.1, n. 1, 2010. Disponível em: <www2.portoalegre.rs.gov.br/sma/revista_EGP/index.htm> Acesso em: Janeiro de 2013.
5. MORIWAKI, E. M.; NEIMAN, Z. **Acessibilidade para Pessoas com Deficiência Visual em Unidades de Conservação: estudo de caso do Parque Estadual do Jaraguá (SP)**. Anais do VIII Congresso Nacional de Ecoturismo e do IV Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v. 4, n.4, 2011, p. 523.

6. OLIVEIRA, L. M. B. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência**. Brasília 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/cartilha-do-censo-2010-pessoas-com-deficiencia>> Acesso em: Setembro de 2013.
7. REBIO UNIÃO. **Funbio adaptará trilha da Rebio União a portadores de necessidades especiais**. ICMBio em foco. Ed. 190, Ano 5, pág. 6. 2012.
8. WAGNER, L.C.; LINDEMAYER, C. K.; PACHECO, A.; SILVA, L. D. **Acessibilidade de Pessoas com Deficiência**: o olhar de uma comunidade da periferia de Porto Alegre. Revista Ciência em Movimento. n. 23, 2010, p. 55 – 68.